

Feriado prolongado

■ Congresso não vota nada na Semana da Pátria

SONIA CARNEIRO

BRASÍLIA — Os líderes dos partidos na Câmara discutem hoje a nova lei eleitoral para as eleições de 96, mas dificilmente ela será votada esta semana. Em clima de recesso branco, o Congresso Nacional adiará importantes votações previstas para esta semana, enfocando a sexta-feira para aproveitar o feriadão de 7 de setembro.

"Esse feriado vai ser providencial para esfriar a cabeça", disse o líder do PFL na Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PE). Mas, para o vice-líder do PDT, Sérgio Carneiro (BA), "o problema não é só de quórum; mas um sério abalo na base governista".

No Senado, foi adiada para o dia 19 a votação em primeiro turno do fim do monopólio estatal do petróleo. A sessão secreta na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado para debater o endividamento dos estados, prevista para hoje, ficou adiada para o dia 13, assim como a votação da nova lei de patentes.

Colisão — Na Câmara, dificilmente haverá quórum e acordo entre as lideranças para aprovar a criação da nova Comissão de Orçamento e o projeto da lei eleitoral com as regras para as eleições municipais de 96. Mesmo que houvesse quórum, o ambiente político está desfavorável, com o PFL ainda em rota de colisão com o PSDB. "É melhor adiar tudo para a semana que vem", afirmou Inocêncio.

As prioridades do governo na Câmara e no Senado serão prejudicadas. Na Câmara, o projeto de resolução que cria uma nova Comissão de Orçamento será a prioridade da pauta, mas com dificuldade de

aprovação. "Vamos tentar pelo menos criar a nova comissão, porque a mensagem do presidente com o novo Orçamento já chegou e não tem ninguém para analisá-la", informou o líder do PMDB na Câmara, Michel Temer (SP). Inocêncio também concorda com a prioridade da Comissão de Orçamento.

O projeto limita a comissão em 84 parlamentares (42 deputados e 42 senadores), além de restringir a apresentação de emendas a 10 por parlamentar. O presidente da comissão será o senador José Fogaça (PMDB-RS), e o relator o deputado Iberê Ferreira (PFL-RN).

Reserva — O líder do PMDB vai propor, em reunião hoje com todos os líderes, que o número de emendas por parlamentar continue ilimitado e seja fixado em 10 apenas para as prioridades de cada um. Temer também vai sugerir que o governo reserve no orçamento uma verba para atender às reivindicações dos parlamentares. "Sem isso acho difícil um acordo para criar a nova Comissão de Orçamento, pois a antiga comissão já caducou", informou Temer.

O projeto dos desaparecidos e a votação da reforma tributária na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara também serão transferidos para depois do dia 13.

Quanto à nova lei eleitoral — único projeto que recebeu urgência para entrar na pauta da Câmara — começará a ser discutida hoje à tarde. "A votação deve ficar para semana que vem, por falta de entendimento entre os partidos", admitiu Inocêncio. O líder do PFL chegou a atribuir à secura do clima de Brasília as dificuldades para reunir os deputados. "Está muito seco, a umidade relativa do ar em 20% e muitos parlamentares podem passar mal", disse.